

Exmo. Sr.^ª Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas
Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Requerimento urgente para Audição do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, Sr. Eng. José Manuel Fernandes, da Sr.^ª Directora-Geral da DAGV, Sr.^ª Dr.^ª Susana Pombo e do Sr. Presidente do ICNF, Sr. Eng. Nuno Miguel Banza, a propósito dos dados apresentados pelo Censo Nacional de Animais Errantes, das devoluções feitas pelo ICNF por motivos de verba não utilizada e ainda transferência de competências para a DGAV

Ex.^{mo} Presidente,

Considerando os dados apresentados pelo primeiro Censo Nacional de Animais Errantes¹ divulgado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que estima que existem em Portugal Continental mais de 930.000 animais errantes, é preocupante a informação que circula na Comunicação social de que, ao longo de três anos, 15 milhões de euros destinados ao bem-estar de animais de companhia não foram distribuídos.

Desde 2021 que o ICNF, pelos termo do Decreto-Lei 46/2021 de 11 de Junho, tem a responsabilidade de “(...) definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia.”² Foi também a partir deste ano que passou a ser previsto no Orçamento de Estado um montante destinado a estes propósitos. No entanto, de 2021 que consecutivamente é devolvida uma percentagem significativa deste montante devido a não utilização. Em 2022, por exemplo, foi devolvido 47% de 12 milhões de euros, enquanto neste mesmo ano foram resgatados 42.000 animais de companhia, um número que sobrecarrega as associações zoófilas e os municípios.

¹ <https://www.icnf.pt/api/file/doc/334b9471b424d5cd>

² <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/46-2021-164955304>

Em relação a estas associações, os depoimentos dados também são preocupantes. A SOS Animal enfatiza que as associações estão em posições cada vez mais vulneráveis e “sobrevivem” à base de donativos cada vez mais escassos. Além disso, também denuncia que, mediante a candidatura apresentada, foram feitos cortes de 80% sem esclarecimento. Posteriormente, o argumento dado pelo ICNF era o de que não havia verba suficiente para abraçar todas as candidaturas.

Outros exemplos, como a inauguração de um Centro de Recolha Oficial de Animais em Resende, também chamam a atenção considerando que, neste caso, o ICNF cobriu menos de 15% do custo total da construção, criando um contraste com o desígnio maioritário das verbas para a construção e reabilitação de espaços. Já em 2021, de acordo com um Comunicado do Governo, 10 milhões dos 10,7 disponibilizados ao Instituto eram destinado à “construção e modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia e de instalações das associações zoófilas, ao investimento nos hospitais veterinários universitários e ao reforço de campanhas de apoio à esterilização de cães e gatos”³

Tendo em conta que a Estratégia Nacional dos Animais Errantes⁴, desenvolvida pelo ICNF, classifica a ocorrência de cães e gatos errantes como uma matéria de saúde pública e de segurança das populações humana e de outros animais, a não utilização de montantes tão expressivos da verba destinada à resolução deste problema não se mostra evidentemente justificável.

Em síntese, independente dos possíveis entraves burocráticos à utilização de toda a dotação prevista em Orçamento de Estado para as finalidades anteriormente nomeadas, a não utilização e devolução de 15 milhões de euros num prazo de 3 anos não corresponde a uma boa gestão e/ou aproveitamento dos recursos disponíveis. O que resultou em um número alarmante de animais errantes em Portugal.

3

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=bem-estar-animais-lancados-os-primeiros-apoios-diretos-para-associacoes-zoofilas>

⁴ <https://www.icnf.pt/api/file/doc/41f8f44aee23be1a>

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas, Sr. Eng. José Manuel dos Santos, da Sr.ª Directora-Geral da DAGV, Sr.ª Dr.ª Susana Pombo e do Sr. Presidente do ICNF, Sr. Eng. Nuno Miguel Banza

Palácio de São Bento, 13 de Maio de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,